

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas da
E1 Subholding 2 S.A.
Fortaleza - CE

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da E1 Subholding 2 S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da E1 Subholding 2 S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Companhia em fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que as controladas da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, se encontram em fase pré-operacional e que o início das operações e geração de receitas dependem do sucesso da Companhia e de suas controladas na obtenção de recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, chamamos à atenção para o fato da Companhia e suas controladas manterem operações relevantes com partes relacionadas. Essas operações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração das Empresas e essas partes relacionadas, conseqüentemente os resultados dessas operações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido efetuadas como partes não relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalvas em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de março de 2023.

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	-	12	Fornecedores	8	1	1	1.332	1
Títulos e valores mobiliários	4	17.180	131.915	17.235	131.915	Debêntures a pagar	10	10.735	-	10.735	-
Debêntures emitidas a receber		5.571	-	5.571	-	Impostos a recolher	9	507	2	671	2
Impostos a recuperar		-	-	7	-			11.243	3	12.738	3
						Não circulante					
		22.751	131.915	22.812	131.927	Debêntures a pagar	10	118.880	129.916	118.880	129.916
Não circulante						Mútuos com partes relacionadas	7	11	-	229	-
Créditos com partes relacionadas	7	100.126	-	13.213	-	Provisão para perdas em investimentos	5	185	-	-	-
Investimentos	5	-	12	-	-	Instrumentos financeiros derivativos		8.003	-	8.003	-
Imobilizado	6	-	3.798	88.380	3.798			127.079	129.916	127.112	129.916
		100.126	3.810	101.593	3.798	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	12				
						Capital social		6.500	6.500	6.500	6.500
						Prejuízos acumulados		(21.945)	(694)	(21.945)	(694)
						Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(15.445)	5.806	(15.445)	5.806
						Participação dos não controladores			-		-
Total do ativo		122.876	135.725	124.405	135.725	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		122.876	135.725	124.405	135.725

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 30 de agosto de 2021 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	Período entre 30/08/2021 (data de constituição) e 31/12/2021	2022	Período entre 30/08/2021 (data de constituição) e 31/12/2021
Receita líquida de vendas		-	-	-	-
(-) Custo dos serviços prestados		-	-	-	-
(=) Lucro bruto		-	-	-	-
(+/-) Receitas (despesas) operacionais, líquidas					
Gerais e administrativas	14	(715)	(687)	(753)	(687)
Equivalência patrimonial	5	(196)	(18)	-	-
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(911)	(705)	(753)	(687)
Despesas financeiras	13	(26.776)	(7)	(26.938)	(25)
Receitas financeiras	13	10.952	24	10.953	24
(=) Resultado financeiro, líquido	13	(15.824)	17	(15.985)	(1)
(=) Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(16.735)	(688)	(16.737)	(688)
(-) Impostos sobre a renda		(4.515)	(6)	(4.515)	(6)
(=) Prejuízos do exercício/período		<u>(21.250)</u>	<u>(694)</u>	<u>(21.253)</u>	<u>(694)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 30 de agosto de
2021 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	Período entre 30/08/2021 (data de constituição) e 31/12/2021	2022	Período entre 30/08/2021 (data de constituição) e 31/12/2021
Prejuízos do exercício/período	(21.250)	(694)	(21.253)	(694)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(21.250)</u>	<u>(694)</u>	<u>(21.253)</u>	<u>(694)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 30 de agosto de 2021 (Data de Constituição)	-	-	-
Constituição de capital social	6.500	-	6.500
Prejuízos do período entre 30 de agosto de 2021 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2021	-	(694)	(694)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.500	(694)	5.806
Prejuízos do exercício	-	(21.250)	(21.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.500	(21.945)	(15.445)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 30 de agosto de 2021 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora	Controladora Período entre 30/08/2021 (data de constituição) e 31/12/2021	Consolidado	Consolidado Período entre 30/08/2021 (data de constituição) e 31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízos do exercício/período	(21.250)	(694)	(21.253)	(694)
Ajustes de:				
Equivalência patrimonial	196	18	-	-
	(21.054)	(676)	(21.253)	(694)
Variações nos ativos				
Impostos a recuperar	-	-	(7)	2
Variações nos passivos				
Fornecedores	-	-	1.331	-
Impostos a recolher	505	2	669	-
Outras movimentações patrimoniais	-	(18)	2	-
Caixa líquido das atividades operacionais	(20.549)	(692)	(19.258)	(692)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aplicações em títulos e valores mobiliários	114.735	(131.915)	114.680	(131.915)
Aporte de capital em controladas	-	(12)	-	-
Aquisição de bens do imobilizado	3.798	(3.798)	(84.582)	(3.798)
Operações com partes relacionadas, líquidas	(100.115)	-	(12.984)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	18.418	(135.725)	17.114	(135.713)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de debêntures	(5.872)	129.916	(5.872)	129.916
Integralização de capital social	-	6.501	-	6.501
Instrumentos financeiros derivativos	8.003	-	8.003	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	2.131	136.417	2.131	136.417
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(12)	12
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício/período	-	-	12	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício/período	-	-	-	12
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(12)	12

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A E1 Subholding 2 S.A. (a “Companhia” ou, em conjunto com suas controladas, o “Grupo”), com sede na Rua Desembargador Lauro Nogueira, nº 1.500, Sala 1105, Papicu, Fortaleza, Ceará, CEP 60.176-065, tem como objeto social:

a) Participação societária em outras sociedades de participação, exceto *holdings*.

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia se encontram em fase pré-operacional.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 30 de março de 2023.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o período apresentado, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2. Base de mensuração, estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração do grupo exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, o Grupo adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados podem ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas, a seguir:

Investidas	Tipo	Participação
UFV E1 18 ENERGIAS RENOVAVEIS E ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS LTDA.	Controlada direta	100,00%
UFV IPIRANGA LTDA.	Controlada direta	100,00%
UFV MRS LTDA.	Controlada direta	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todo o Grupo e estão consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido (passivo a descoberto) e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia em suas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido (passivo a descoberto) e resultado da Companhia em suas demonstrações contábeis individuais.

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir.

Saldo e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

2.4. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional") e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem, por exemplo, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros

Classificação - ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (*impairment*) - ativos financeiros e ativos contratuais

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito com base na melhor estimativa da Administração.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.11. Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e, subsequentemente, apresentadas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Além disso, são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Sociedade atua e gera lucro tributável.

2.14. Capital social

As ações são classificadas no patrimônio líquido (Passivo a descoberto).

2.15. Reconhecimento da receita

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis:

- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos;
- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3 Instrumentos financeiros

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas a expõem ao risco financeiro de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia e de suas controladas se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia e de suas controladas. A Alta Administração do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito com clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Para os créditos com clientes, a Administração do Grupo faz o gerenciamento constantes de tais clientes.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração do Grupo.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

(c) Risco de mercado - taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (aplicável às aplicações financeiras e debêntures).

O grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuíam debêntures.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui contratos de instrumentos financeiros derivativos utilizados para reduzir a exposição à volatilidade no resultado (SWAP taxa de juros) com vencimentos em 08 de novembro de 2021 e 18 de abril de 2033.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo amortizado				
<i>Ativos, conforme o balanço patrimonial</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	12
Títulos e valores mobiliários	17.180	131.915	17.235	131.915
Partes relacionadas	100.126	-	13.213	-
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo amortizado				
<i>Passivos, conforme o balanço patrimonial</i>				
Fornecedores	1	1	1.334	1
Debêntures a pagar	129.615	129.916	129.615	129.916
Mútuos com partes relacionadas	11	-	229	-

4. Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	-	-	-
Conta corrente	-	-	-	12
	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12</u>
Títulos e valores mobiliários				
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	17.180	131.915	17.235	131.915
	<u>17.180</u>	<u>131.915</u>	<u>17.235</u>	<u>131.915</u>

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são as aplicações financeiras e estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado, principalmente, à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Investimentos e provisões para perdas em investimentos

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Total
Saldo Inicial em 30 de agosto de 2021 (data de constituição)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(18)
Aporte de capital em controladas	30
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12
Resultado de equivalência patrimonial	(196)
Outras movimentações	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(185)

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

	Taxa média a.a.	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0%	67.791	3.798
Máquinas e equipamentos	20%	20.589	-
(-) Depreciação acumulada		-	-
		<hr/>	<hr/>
		88.380	3.798

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações em condições específicas com partes relacionadas. Os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Créditos com partes relacionadas (Ativo não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
UFV MRS LTDA	105	-	-	-
UFV E1 18 ENERGIAS LTDA	21.694	-	-	-
UFV IPIRANGA LTDA	65.114	-	-	-
E1 ENERGIAS SA	627	-	627	-
E1 SPE 3 LTDA	3	-	3	-
E1 Imobiliária Ltda	1	-	1	-
UFV RJ I EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	258	-	258	-
UFV E2 ENERGIAS LTDA	11	-	11	-
UFV RJ II EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA.	257	-	257	-
E1 SUBHOLDING S.A	12.056	-	12.056	-
Créditos com partes relacionadas	100.126	-	13.213	-

Mútuos com partes relacionadas (Passivo não Circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
GDS SUBHOLDING S.A	11	-	11	-
E1 ENERGIAS SA	-	-	218	-
Mútuos com partes relacionadas	11	-	229	-

8. Fornecedores

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para aquisição de ativos imobilizado para a Companhia e suas controladas, cujo prazo de pagamento médio não supera 60 dias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores Diversos	1	1	1.332	1
Total fornecedores	1	1	1.332	1

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a recolher	226	-	226	-
CSLL a recolher	280	-	281	-
Outros tributos a recolher	1	2	65	2
ISS retido a recolher	-	-	89	-
IRRF a recolher	-	-	10	-
	<u>507</u>	<u>2</u>	<u>671</u>	<u>2</u>

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures

A Companhia captou recursos através da emissão de debêntures, não conversíveis em ações. A seguir, apresenta-se o detalhamento das debêntures emitidas:

Emissora	Emissão	Vencimento	Série	Quantidade de Debentures	Juros a.a	2022	2021
E1 Subholding 2 S.A.	08/11/2021	15/04/2033	1ª e 2ª	130.000	1,73% + DI	129.615	129.916

A emissão ocorreu em 08 de novembro de 2021 e foi liquidada em 17 de novembro de 2021. Trata-se da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, com esforços restritos de distribuição pública, realizada com base na Instrução CVM no 476/09, da E1 Subholding 2 S.A., subsidiária da E1 Energias Renováveis S.A. Foram emitidas 130.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 1, resultando no montante total de R\$ 130.000. A remuneração de cada série é de DI + 1,73% ao ano e o vencimento de ambas ocorrerá em 15 de abril de 2033. Os recursos da primeira série serão destinados à aquisição de duas usinas de geração de energia solar distribuída com capacidade instalada de 11,76 MWp, enquanto os da segunda série serão destinados ao desenvolvimento de dez usinas com capacidade instalada de 20,53 MWp.

Em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia avaliou e concluiu que não há quebra de qualquer cláusula de vencimento antecipado do contrato mencionado acima.

E1 SUBHOLDING 2 S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisões para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, com base na análise das demandas judiciais e com base na experiência anterior julgou que não existem provisões para contingências, com probabilidade de perda provável, a serem registradas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, a Companhia também não possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, classificadas com probabilidade de perda possível.

12. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 6.500 dividido em 6.500.000 (seis milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2022		
	<u>Ações ON</u>	<u>Total</u>	<u>% Participação</u>
E1 Energias Renováveis S.A.	6.500.000	6.500	100
Total	6.500.000	6.500	

13. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	8.317	24	8.317	24
Outras receitas financeiras	2.635	-	2.636	-
	<u>10.952</u>	<u>24</u>	<u>10.953</u>	<u>24</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros diversos	(63)	(6)	(225)	(24)
Juros de debêntures	(18.684)	-	(18.684)	-
IOF	(1)	-	(1)	-
Outras despesas financeiras	(25)	(1)	(25)	(1)
Varição negativa do Swap (i)	(8.003)	-	(8.003)	-
	<u>(26.776)</u>	<u>(7)</u>	<u>(26.938)</u>	<u>(25)</u>
Total	<u>(15.824)</u>	<u>17</u>	<u>(15.985)</u>	<u>(1)</u>

- (i) Trata de operações de SWAP de taxa de juros com vencimentos em 08 de novembro de 2021 e 18 de abril de 2033.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos e despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros custos e despesas	(542)	1	(545)	1
Fretes	-	-	(7)	-
Serviços tomados	(172)	(686)	(172)	(686)
Taxas	(1)	(2)	(28)	(2)
Energia elétrica	-	-	(1)	-
	(715)	(687)	(753)	(687)
(-) Custo dos produtos vendidos e serviços prestado	-	-	-	-
Gerais e administrativas	(715)	(687)	(753)	(687)

15. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24 Eventos Subsequentes, sem impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.